

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 19 - Fevereiro de 2016



Presidente: Antonio Vianna

Atenção para a FUNCEF



O problema do déficit da FUNCEF não se restringe aos aspectos conjunturais. Os participantes exigem eficiência na gestão

FENAG apresentará chapa para as eleições da FUNCEF

A eleição da FUNCEF, que define um titular e um suplente para o Conselho Deliberativo e um titular e um suplente para o Conselho Fiscal, acontece em maio. Os gestores, diante do quadro de incertezas que ronda a Fundação e cientes do papel que podem desempenhar, se colocarão à disposição para contribuir

com as mudanças que os participantes reclamam.

Ficar atento e participar de tudo, esclarecer as equipes, incentivar o voto e votar na chapa que a FENAG (Federação Nacional das Associações dos Gestores da Caixa) vai montar e que será construída com o apoio da AGECEF-BA

(Associação dos Gestores da Caixa).

A intenção é melhor representar os interesses dos participantes, com transparência, compromisso, responsabilidade e resultados. É fundamental que o associado se envolva na disputa e amplie o movimento. Afinal, é o futuro da FUNCEF e dos empregados que está em jogo.

Futuro da Caixa

Diante da atual gestão da Caixa, com cortes de gastos e falta de transparência com os empregados e com a sociedade brasileira, fica a dúvida sobre qual é a verdadeira intenção do governo com o banco.

Houve um período em que o objetivo era se tornar um dos três maiores bancos do Brasil. A instituição financeira traçou estratégias e, em 2014, ocupou a terceira posição no ranking de ativos financeiros totais, ultrapassando a marca expressiva de R\$ 1 trilhão.

Desde 2009, a empresa tem apostado na expansão do crédito em outros setores além de habitação e na oferta juros mais baixos do que a concorrência. O resultado foi o crescimento nos resultados. Inclusive,

a lucratividade é crescente.

Mas, o governo parece ter invertido os papéis. Constantemente o caráter 100% público da instituição é ameaçado. Sem contar com a falta de investimento em condições de trabalho para atender de forma satisfatória os clientes.

A Caixa é o principal instrumento do governo federal, com preocupação especial pelas finanças pessoais das classes mais desfavorecidas. No entanto, diante da atual situação, a dúvida que paira sobre as cabeças dos empregados é que se a empresa mantiver o posicionamento, cada vez mais parecido com o de um banco privado, quem a Caixa representará: o povo brasileiro ou o mercado financeiro?

Banco deve explicação sobre reestruturações

A Caixa deve ter uma política transparente e explicar aos empregados, sobretudo aos gestores, na linha de frente das agências, os boatos sobre a reestruturação das unidades, mais precisamente das GIRETS (Gerências de Retaguarda).

Com a reestruturação, o bancário do setor de retaguarda e suporte das unidades deixa de ser subordinado à Giret e passa e integrar a hierarquia das unidades, respondendo a demandas dos gestores. O projeto-piloto já acontece em Brasília e foi implantado sem qualquer aviso prévio.

O possível fechamento de agências, o que certamente agrava os problemas com a prestação de serviço aos clientes, também preocupa. Os empregados da Caixa já trabalham no limite. É rotina ultrapassar a jornada de trabalho,

principalmente os gestores.

O cenário piorou no último ano, quando a direção do banco parou de convocar os aprovados em concurso público e ainda abriu o PAA (Plano de Apoio a Aposentadoria). Dessa forma, o quadro de pessoal que passava de 101 mil reduziu para 97 mil. Não há expectativa de melhoras. Pelo contrário. Neste ano, um novo PAA foi aberto e a previsão é de que 1,5 mil empregados participem do plano.

Enquanto isso, a carteira de correntistas cresce. São quase 90 milhões. Realmente, está difícil entender a política da atual direção do banco. A Caixa vem de um projeto de plena expansão, com a ampliação da rede de atendimento, com a interiorização, e do número de clientes. Mas, de repente, mesmo com lucro alto, tudo mudou. Para pior.



Em meio à fuga de patrocinadores, Caixa libera verba para clubes

Patrocínio de R\$ 83 milhões a times do futebol brasileiro

A Caixa anunciou patrocínio, no valor de R\$ 83 milhões, para 10 clubes brasileiros. Quem recebe a maior quantia é o Flamengo: R\$ 25 milhões. Na sequência, Cruzeiro e Atlético Mineiro, com R\$ 12,5 milhões, cada. Já para o Sport, Coritiba, Atlético Paranaense, Vitória foram destinados R\$ 6 milhões, cada. O Chapecoense e o Figueirense recebem R\$ 4 milhões cada um e o CRB de Alagoas, R\$ 1 milhão.

Os contratos têm vigência

até 31 de dezembro próximo. A presidente da Caixa, Miriam Belchior, afirmou que o apoio ao futebol em 2016 vai além. Deve acontecer a renovação do contrato do Corinthians e negociações com o Atlético de Goiás e o Vasco. Na previsão do banco ainda o patrocínio à Copa do Nordeste, à Copa Verde, às séries B e C do Campeonato Brasileiro, ao Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino e ao Torneio Internacional de Futebol Feminino.

FUTEBOL

Em meio aos escândalos de corrupção, CBF perde um patrocínio

9 DEZ 2015 09h31

f t+ p c COMENTÁRIOS

A Confederação Brasileira de Futebol começa a sofrer as consequências dos escândalos envolvendo antigos dirigentes da entidade. No último domingo a Gillette anunciou o rompimento da parceria com a CBF e nesta quarta-feira a Confederação se posicionou sobre o fato, afirmando não entender a atitude da marca, publicou a Folha de S. Paulo.

Novo PAA deve piorar situação nas agências

A direção da Caixa anunciou o novo PAA (Plano de Apoio à Aposentadoria) para os empregados já aposentados pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), mas que continuam trabalhando e para os que estarão aptos a se aposentar.

O prazo para adesões segue até 31 de março deste ano. O período para o desligamento da empresa vai de 2 de março a 30 de abril. O plano segue os moldes do realizado no ano passado.

No PAA realizado em 2015, aproximadamente 3.200 bancários deixaram a Caixa. A expectativa é que este ano sejam desligados mais de 1.500. Desta forma, o quadro de funcionários, que chegou a ter 101 mil trabalhadores, pode terminar 2016 cerca de 95 mil.

O novo PAA ocorre em um momento complicado. A instituição financeira descumpriu a cláusula 50 do acordo aditivo à CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) de 2014 que determinava a contratação de 2 mil funcionários até o fim de 2015. Apesar da redução no número de empregados, a empresa afirmou, por diversas vezes, que não haverá novas convocações, sob alegação de limitações orçamentárias.



Atendimento tende a piorar com o PAA

Continua o risco de privatização da Caixa

O PLS 555/2015, que cria o Estatuto das Estatais, deve ser reincluído na pauta do Senado no dia 1º de março. Por três vezes, os trabalhadores conseguiram adiar a votação da matéria, que tem gerado polêmica.

O projeto, um substitutivo aos projetos de lei do Senado 167/2015, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), e 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), tem como argumento tornar mais claras as regras de transparência e gestão das empresas públicas, permitindo a abertura de capital.

Por entender os riscos do PLS 555, o Comitê de Defesa das Estatais, ao lado de senadores contrários à proposta, elaborou um substitutivo, protocolado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR). Desta forma, antes de apreciar a matéria, os

parlamentares devem decidir se valerá o primeiro relatório ou o de Requião.

O PLS determina que as estatais se tornem sociedades anônimas, ou seja, percam o seu caráter 100% público e a responsabilidade de cumprir o papel social, tão importante para a população brasileira. Abrir o capital significa se sujeitar às regras do mercado, apenas.

O projeto também prevê que os conselhos de administração tenham, no mínimo, 20% de membros independentes. Mas, os integrantes não poderão manter relações sindicais ou partidárias.

Outra polêmica é que, no caso das empresas com capital social acima de R\$ 1 bilhão, a indicação dos conselheiros passaria a ser prerrogativa do Senado, e não mais do Executivo.



A pedido do MPT, validade do concurso é suspensa

O prazo de validade do concurso público feito pela Caixa em 2014 está suspenso. A determinação é da juíza Roberta de Melo Carvalho, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília (DF). A prorrogação vale até o trânsito em julgado da Ação Civil Pública, ajuizada pelo procurador Carlos Eduardo Brisolla, do Ministério Público do Trabalho no Distrito Fe-

deral e no Tocantins.

A magistrada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região estipulou ainda que o banco observe a prioridade dos atuais aprovados, caso realize novos concursos.

Na decisão, também há a proibição de novos certames somente para cadastro

reserva ou com número irrisório de vagas. Para a juíza Roberta de Melo Carvalho, os documentos apresentados pelo MPT demonstram "forte indício de falta de transparência na condução dos concursos públicos e ofensa aos princípios constitucionais que regem a administração pública".

FUNCEF: a dor de cabeça continua

A AGECEF-BA tem demonstrado uma preocupação muito especial com os rumos da FUNCEF. Frequentemente, notícias envolvendo a Fundação têm tirado a tranquilidade dos participantes, ativos e assistidos.



FUNCEF e Caixa 100% pública em debate no ENEAGECEF

Como não poderia deixar de ser, a AGECEF-BA marcou presença no XXV ENEAGECEF (Encontro Regional das Associações dos Gestores da Caixa), realizado neste mês, em Recife (PE).

A atual situação da FUNCEF, que conta com um déficit bilionário, As Novas Regras de Solvência e Equacionamento de Déficit Atuarial e as próximas eleições da entidade foram temas obrigatórios. A situação atuarial e financeira da FUNCEF tem preocupado os empregados da Caixa. Há rumores de que a atual diretoria executou "investimentos totalmente descolados dos interesses" dos participantes.

A importância do trabalho e da mobilização dos empregados e da sociedade para manter a Caixa 100% pública ocupou, com igual destaque, o cenário das discussões. Outra discussão importante foi sobre o futuro da Caixa, sobretudo com a tramitação do PLS 555 (Projeto de Lei do Senado) - que abre caminho para privatizar as empresas públicas. Se passar o banco pode ser vendido e muitos empregos perdidos.

Participaram do XXV ENEAGECEF pela AGECEF-BA, o vice-presidente Luciano Costa Talavera e os diretores Antonio Messias, que também é presidente do Conselho Deliberativo da FENAG, Fredson da Mota Souza, representante da região Sudoeste da Bahia e Edmilson de Jesus Cruz, representante da região Norte da Bahia.



AGECEF-BA marca presença em mais um encontro para debater a Caixa



Nos dois últimos anos, o fato dominante foi o desempenho atuarial dos diversos fundos administrados pela entidade e a consequente necessidade de resolver o grande déficit acumulado nos exercícios 2012 a 2014.

A bomba de efeito imediato caiu no colo (ou no bolso) dos participantes do REG/REPLAN Saldado, que terão de equacionar o déficit já a partir do primeiro semestre deste ano.

Os participantes dos demais planos, graças à edição da Resolução 22/2015 do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), não terão a necessidade, por enquanto, de aportar recursos extraordinários.

Esse assunto já foi matéria em destaque no jornal Nossa AGECEF de janeiro último e encontra-se disponível na coluna "De olho na FUNCEF" do site www.agecefba.com.br para melhor contextualização.

O jogo de faz de conta

Sobre o processo de equacionamento do déficit, a atual diretoria da FUNCEF procurou criar um suposto clima de participação e de decisão compartilhada quando colocou diversas entidades representativas dos empregados em um ambiente em Brasília, para dar uma falsa conotação de democracia, apresentando o tal plano.

Estranhamente, a FUNCEF, naquele momento já anunciara que adotaria as prerrogativas da Resolução 22, o que confirma a suposição de que o clima estava armado para parecer que tais medidas contavam com o apoio dos empregados. Mera simulação.

Na realidade, os representantes não detinham o poder de opinar ou propor alternativas. Não que a medida adotada fosse a mais nociva aos interesses dos participantes, mas a falta de discussão e a forma de condução pela diretoria remete a tempos de gestões autoritárias e pouco transparentes.

É claro que a decisão da FUNCEF também levava em conta que a Caixa teria um menor desembolso num curto prazo, pois o déficit é arcado pela patrocinadora na mesma proporção dos participantes e assistidos.

Para piorar, a Fundação anunciou recentemente que modificou os critérios anteriormente anunciados para a cobrança da contribuição extra. Antes estava escrito com todas as letras que a contribuição incidiria apenas sobre o benefício saldado projetado. Agora, sem nenhuma argumentação convincente, ampliou a cobrança sobre o FAB – Fundo de Acumulação de Benefício e sobre o BUA – Benefício Único Antecipado, aqueles 10% da reserva matemática que o participante do REG/REPLAN Saldado pode resgatar na hora da aposentadoria e que reduz o seu benefício mensal na mesma proporção. Em poucas palavras, a contribuição extra de 2,78% será sobre o total dos proventos recebidos e, pasmem, sobre o valor que o empregado resgatou por não confiar na administração competente dos seus recursos se deixados nas mãos da FUNCEF.

Mobilização

É por essas e outras razões que torna-se urgente uma mobilização dos participantes para mudar os destinos da Fundação, seja nas urnas, seja por intermédio de ação política ou jurídica, mas que resulte na instalação de uma diretoria capaz de apresentar melhores resultados e inspirar confiança e credibilidade nos 137 mil participantes.